



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 17/2022 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0003522-21.2022.4.01.8012)

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, no art. 3º, XI, do Decreto 10.024/2019, foi elaborado o presente Termo de Referência que, através do procedimento legal pertinente, com vistas a aquisição imediata de **VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMIONETE, com dação de veículos usados como parte de pagamento**, para suprir as necessidades do setor de transporte da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo camionete novo para suprir as necessidades do setor de transporte da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia, conforme especificações mínimas abaixo descritas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	QUANTIDADE
	<p>I - DO VEÍCULO:</p> <p>1 - Categoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Veículo de serviço, tipo camionete pick-up, cabine dupla;b) Carroceria sobre chassi;c) Fabricação nacional ou importada;d) Ano e modelo 2022 ou versão mais atualizada; zero quilômetro;e) Pintura na cor branca;f) 04 (quatro) portas laterais;g) Capacidade para no mínimo 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista; <p>2 - Motorização e sistema mecânico:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Motor turbo com intercoller, a partir de 2.8L, mínimo 180CV;b) Combustível diesel;c) Sistema de injeção eletrônico;d) Suspensão dianteira independente, braços articulados;e) Suspensão traseira, feixe de molas; <p>3 - Transmissão:</p> <p>Câmbio automático, mínimo de 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré;</p> <p>4 - Sistema de Tração:</p> <p>Tração 4x4 com caixa de transferência de tração (seletor 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida) com acionamento eletrônico e controle de estabilidade;</p> <p>5 - Direção:</p> <p>Direção hidráulica ou eletroassistida progressiva;</p> <p>6 - Freios:</p> <p>Freios a disco dianteiro com ABS e EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem) e tambor na traseira com ABS e EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem);</p> <p>7 - Pneus e Rodas:</p> <p>Rodas em liga leve, pneus radiais 245/70R16, 265/70R18, 265/60R18 ou 265/65R17;</p> <p>8 - Dimensões e capacidade:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Comprimento mínimo 5315 mm, Largura mínima 1855 mm, Altura mínima 1781 mm e Entre Eixos mínimo 3085 mm;b) Capacidade de carga de no mínimo de 1000 litros;c) Tanque de combustível com capacidade mínima para 76 litros; <p>9 - Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Air bags duplo-frontal;	

- b) Acionamento elétrico dos vidros das portas original de fábrica;
- c) Trava elétrica das portas originais de fábrica;
- d) Sistema de alarme antifurto original de fábrica;
- e) Avisos sonoros de faróis ligados e chave na ignição;
- f) Porta luvas;
- g) Alça de segurança lado do passageiro e traseira nos dois lados;
- h) Apoio de cabeça, dianteiros e traseiros com regulagem de altura;
- i) Sistema de assistência de subida e descida;
- j) Cintos de segurança conforme as normas do CONTRAN;
- k) Luz auxiliar (brake light);
- l) Bateria de 12 volt's e 60 amperes;
- m) Painel de instrumentos com tacômetro e conta-giros;
- n) Computador de bordo com informações de segurança, quilômetros rodados, consumo médio de combustível e autonomia;
- o) Sensores de estacionamento dianteiros e traseiros originais de fábrica;
- p) Câmera de ré original de fábrica;
- q) Sistema auxiliar de assistência em frenagem de emergência nas 4 rodas;
- r) Sistema auxiliar EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem) nas 4 rodas;
- s) Ganchos internos na caçamba;
- t) Chapa protetora de motor e cárter (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- u) Faróis de neblina dianteiros;
- v) Conjunto de itens obrigatórios como: estepe, macaco, triângulo e chave de roda;
- x) Demais acessórios itens e equipamentos de segurança exigidos por lei e/ou definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas);

10 - Conforto e conveniência:

- a) Ar condicionado quente e frio;
- b) Sistema de multimídia com tela sensível ao toque, MP3, com conexão USB, bluetooth, itens de série de fábrica;
- c) Bancos dianteiros individuais;
- d) Banco do motorista com regulagem de altura e distância;
- e) Comando interno da abertura da tampa do tanque de combustível;
- f) Console central entre os bancos dianteiros com porta objetos e descanso para braços integrado;
- g) Película de controle solar nos vidros laterais e traseiros em conformidade com a legislação de trânsito vigente (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- h) Ajuste elétrico dos espelhos retrovisores original de fábrica;
- i) Coluna da direção com regulagem de altura;
- j) Limpador de pára-brisa com temporizador de velocidade intermitente;
- k) Capota marítima rígida de compensado naval ou fibra de vidro (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- l) Protetor de caçamba (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- m) Ganchos internos na caçamba;
- n) Estribos laterais (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- o) Santo Antonio cromado ou preto (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- p) Pára-sol do motorista com porta documentos;
- q) Jogo de tapetes dianteiro e traseiro (podendo ser acessório - indicar na proposta);
- r) Tomada de energia 12v para acessórios no painel;

11 - Meio ambiente:

Veículo em conformidade com as normas vigentes reguladoras dos limites máximos de emissão de resíduos (poluentes), os quais utilizem o combustível diesel, nos termos das normas disciplinadoras no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, conforme Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA;

12 - Assistência técnica (garantia), emplacamento e entrega do veículo:

- a) veículo entregue com frete incluso e devidamente emplacado (IPVA, taxas de licenciamento e seguro obrigatório quitados);
- b) prazo de garantia no mínimo de 03 (três) anos ou 100.000km, prevalecendo o que vencer primeiro; assistência técnica autorizada no mínimo na cidade de Porto Velho/RO.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

O veículo deverá ser entregue devidamente plotado, conforme especificações constantes do ANEXO I;

II - DA DOCUMENTAÇÃO

- a) O veículo deverá ser entregue licenciado e emplacado, na categoria oficial, no município sede e no CNPJ da Justiça Federal de Primeiro Grau em Rondônia, arcando inclusive com o pagamento das taxas, impostos e da confecção e instalação das placas;
- b) A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE todos os manuais e catálogos do veículo, editados em português, bem como catálogo da rede autorizada em condições de atender a manutenção do veículo adquirido, um conjunto no formato impresso ou em mídia eletrônica, bem como catálogo de suprimentos, três conjuntos no formato impresso ou em mídia eletrônica e listagem estatística de peças de alta mortalidade, três conjuntos no formato impresso ou em mídia eletrônica.

III - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O veículo a ser entregue deverá possuir assistência técnica do fabricante do veículo na cidade Porto Velho/RO.

2.2. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO do veículo ofertado.

2.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do bem neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

2.4. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

2.5. Como parte do pagamento do veículo novo serão usados veículos pertencentes à atual frota de veículos da JFRO, os quais tiveram a sua avaliação por meio de valores registrados na tabela FIPE (outubro/2022) com deságio de 25%, chegando-se assim aos seguintes valores para dação como parte de pagamento:

VEÍCULOS USADOS				VALOR R\$	VEÍCULOS NOVOS
Marca	Modelo	Ano	Placa	Dação em Pagamento	Item da Licitação
Nissan	Frontier SE/SE Strike/ONE CD 4x4 2.8 Dies.	2006	JJE-0187	46.935,00	Item 01 - Camionete pick-up, cabine dupla
Renault	Master 2.3 dCi STD Médio 16L Diesel	2015	NDD-1855	79.425,75	

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição do veículo será realizada na modalidade "renovação", justificando-se pela necessidade de substituição de veículos que atingiram ou estão prestes a atingir o percentual de gastos com manutenção que os enquadram como veículos de manutenção onerosa, nos termos do art. 15 da Resolução 736/2021-CJF.

3.2. Os veículos adquiridos servirão para substituir outros 02 (dois) da frota atual, fabricados nos anos de 2006 e 2015, ambos já bastante desgastados devido ao uso contínuo, somados à própria ação da natureza e obsolescência normal, o que enseja a necessidade de renovação, investindo-se na aquisição de veículos mais modernos e de modelos atuais, que ofereçam inovações tecnológicas, primordialmente nos itens de segurança e conforto aos seus ocupantes, resistência, robustez e custos menores, tanto referentes à manutenção quanto ao consumo de combustível, fatores que proporcionam à instituição melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades judiciais e administrativas. Também será dado como parte de pagamento um veículo tipo van (ano 2015) o qual está ocioso devido ao pouco uso nas atividades da Justiça Federal de Rondônia.

3.3. Tal renovação proporciona:

- a. a) GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS COM EFICIÊNCIA E RACIONALIDADE, gerando mais economicidade, isto porque, é sabido que o valor das manutenções em veículos usados é mais frequente, portanto, mais dispendiosa. Veja-se que os veículos que se pretende utilizar como partes de pagamento dos novos possuem entre 7 a 16 anos de uso;
- b. b) MANTER PADRÃO DE SEGURANÇA EM PATAMAR ACEITÁVEL: O veículo novo pretendido dispõem de equipamentos de segurança mais modernos, por exemplo, airbags e freios ABS, que podem qualificá-los de mais seguros. Ademais, é sabido que os veículos mais recentes possuem técnicas construtivas mais modernas que também proporcionam maior segurança, principalmente quando comparados aos modelos que se pretende utilizar como parte de pagamento. Tal preocupação, em se tratando de aquisição dessa natureza, deve de fato ser ponderada com extremo rigor pela Administração, até porque poderá, no futuro, ser eventualmente responsabilizada por consequências produzidas na utilização desses veículos;
- c. c) REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL: O novo veículo estará adequado às resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, no tocante aos limites máximos de emissão de poluentes na atmosfera, alinhado ainda a um dos valores da instituição, que é a sustentabilidade;

3.4. Pretende-se, portanto, manter o quantitativo de veículos necessário ao apoio das atividades judiciais e administrativas da Seccional nos deslocamentos de magistrados e servidores em objeto de serviço.

3.5. A exigibilidade da comprovação da licitante possuir assistência técnica da marca do veículo ofertado no mínimo no município de Porto Velho, se faz necessário pelo motivo de que o fabricante é o responsável pela GARANTIA do bem, mas quem executa os serviços é a concessionária autorizada pela marca, pessoa jurídica distinta do fabricante. Enquanto os veículos estiverem dentro do prazo da garantia, aquisição e troca de peças e os serviços mecânicos e elétricos em geral, se forem executados em oficinas que não sejam autorizadas pelo fabricante, haverá a perda da garantia dos veículos.

3.6. Ademais, justifica-se também a necessidade do veículo tipo camionete possuir todas as exigências mínimas descritas nas características constante no quadro do item 2.1, os quais foram selecionadas para que o veículo seja equipado com os sistemas de segurança comuns aos modelos das principais fabricantes e montadoras, bem como para garantir relativo conforto aos ocupantes, tendo em vista que o seu uso será realizado em estradas vicinais sem asfalto e viagens de longa distância dentro do Estado de Rondônia.

3.7. A demanda está alinhada ao Plano Estratégico da Justiça Federal da Primeira Região para o sexênio 2021-2026, objetivo estratégico "aperfeiçoamento da gestão administrativa e governança judiciária".

3.8. Este termo de referência foi elaborado com base no planejamento realizado no Estudo Técnico Preliminar 14842409, e se encontra registrado no Plano Anual de Contratação - PAC 2022 da SJRO.

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

4.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 10.520/2002, haja vista que a contratação destinar-se a aquisição de bem comum, conforme define o art. 3º, II, do Decreto n. 10.024/2019.

4.2. Considerando que já há disponibilidade orçamentária e financeira, não há a necessidade de formação de registro de preços, de forma que a contratação será realizada para entrega imediata.

4.3. Os itens que compõem o objeto do presente termo de referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA, DA SUSTENTABILIDADE E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de aquisição do veículo, o primeiro emplacamento, bem como a entrega na sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia, cidade de Porto Velho/RO, além dos custos referente aos tributos, fretes, tarifas, taxas e demais despesas decorrente.

5.2. A licitação será tipo menor preço por item, sagrando-se vencedor o licitante que oferecer a proposta que conste a menor diferença entre o veículo novo (a adquirir) e o(s) veículo(s) usado(s) utilizado(s) como pagamento parcial ou integral, conforme demonstrado a seguir:

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - ITEM 01			
ITEM	VEÍCULO ADQUIRIDO	QTDE	VALOR R\$
01	Pick-up, cabine dupla, tração 4x4, motor à diesel, potência mínima de 180cv, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, itens de segurança condizentes com as normas de trânsito em vigor e demais especificações no item 2.1 do Termo de Referência.	01	
VALOR TOTAL DOS VEÍCULOS NOVOS (VN) (R\$)			
VEÍCULOS EM DAÇÃO DE PAGAMENTO		QTDE	VALOR R\$
Nissan Frontier SE/SE Strike/ONE CD 4x4 2.8 Diesel, ano modelo 2006, placa JJE-0187 (Valor mínimo R\$ 46.935,00)		01	
Renault Master 2.3 dCi STD Médio 16L Diesel, ano modelo 2015, placa NDD-1855 (Valor mínimo R\$ 79.425,75)		01	
VALOR TOTAL PARA OS VEÍCULOS USADOS (VU) (R\$)			
VALOR FINAL (VF): DIFERENÇA EM RECURSOS FINANCEIROS FÓRMULA: VF = VN - VU (R\$)			

5.3. A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Nos valores acima deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, adesivo de identificação, sinalizadores e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. Todos os custos referentes ao emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e demais taxas de transferência correrão por conta da empresa vencedora da licitação, inclusive quanto aos veículos usados como dação em pagamento.

5.6. Caso a licitante não realize a vistoria dos veículos usados como dação em pagamento, essa deverá apresentar em sua proposta uma declaração, afirmando que aceita as condições atuais dos veículos e estados que se encontram, não podendo reclamar eventuais situações constituídas.

5.7. Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

5.8. Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o MENOR VALOR POR ITEM, observando o valor unitário estimado pela Administração.

6. DOS VALORES E DA VISTORIA PARA AVALIAÇÃO DOS VEÍCULOS USADOS

6.1. Como parte do pagamento do veículo novo será usado veículos pertencentes à atual frota de veículos da JFRO, os quais foram avaliados utilizando-se o deságio de 25% sobre a avaliação da Tabela FIPE (outubro/2022), chegando-se assim aos seguintes valores:

PLANILHA DE VALORES COTAÇÃO VEÍCULOS DA FROTA DA JFRO						
VEÍCULOS				AVALIAÇÃO		
Marca	Modelo	Ano	Placa	Avaliação Fipec (Outubro/2022)	Deságio 25%	Valor Final da Avaliação
Nissan	Frontier SE/SE Strike/ONE CD 4x4 2.8 Dies.	2006	JJE-0187	62.580,00	15.645,00	46.935,00
Renault	Master 2.3 dCi STD Médio 16L Diesel	2015	NDD-1855	105.901,00	26.475,25	79.425,75
TOTAL						126.360,75

6.2. O percentual de deságio dos veículos usados foi apurado como a média utilizada pelas concessionárias locais (Porto Velho/RO) quando da realização de venda de veículo novo tendo como parte de pagamento um veículo usado.

6.3. Os veículos a serem alienados simultaneamente terão seus valores fixados como MÍNIMOS, conforme modelo de proposta comercial, item 5 deste instrumento.

6.4. Os veículos a serem alienados simultaneamente estão livres de multas e/ou despesas acessórias anteriores à data de alienação.

6.5. Todos os custos oriundos da transferência física e/ou patrimonial correrão às expensas da futura contratada.

6.6. Os valores fixados como mínimos para alienação simultânea em pagamento são considerados como preços justos de mercado na proposta da licitante, podendo esta oferecer preços diversos a mais que o mínimo fixado aos veículos usados.

6.7. Os licitantes poderão proceder à vistoria para avaliação prévia dos veículos usados para fins de participação no presente certame, em até 02 (dois) dias úteis antes da abertura do certame, podendo fazer todos os exames e testes aplicáveis às aquisições desta natureza. Caso a licitante não realize a

vistoria dos veículos usados como dação em pagamento, essa deverá apresentar uma declaração junto com os documentos de habilitação, afirmando que aceita as condições atuais dos veículos e estados que se encontram, não podendo reclamar eventuais situações constituídas..

6.8. A avaliação é facultativa e poderá ser feita na sede da JFRO, das 9h00 às 18h00, situada à Rua Presidente Dutra, nº 2203, bairro Baixa União, Porto Velho, Rondônia.

6.9. Todas as vistorias devem OBRIGATORIAMENTE ser agendadas de maneira prévia junto à Seção de Segurança, Vigilância e Transportes da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia, pelo telefone (69) 2181-5810 ou pelo e-mail: sevit.ro@trf1.jus.br.

6.10. A Administração obriga-se a entregar os veículos usados, mantidas as condições da avaliação, considerados o desgaste dos pneus, a qualidade da funilaria, vidros e pintura, a qualidade do revestimento dos bancos e as condições gerais de mecânica.

6.11. O aumento da quilometragem decorrente da regular utilização dos veículos em até 1.000 km, não será considerado como critério de manutenção das condições dos veículos usados.

6.12. Para comprovação das condições a Administração utilizará de fotografias, conforme o Anexo II deste instrumento. O interessado poderá utilizar desse mesmo recurso, além de outros que julgar necessário.

6.13. Ocorrendo o perecimento de qualquer dos veículos usados, a Administração, havendo interesse e disponibilidade orçamentária e financeira, poderá pagar com recursos financeiros o valor correspondente à avaliação do bem usado ou cancelar o item, liberando da obrigação à compromissária.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

7.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nem ter sido declaradas inidôneas ou suspensas temporariamente de licitar com a Justiça Federal.

8. DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

8.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa licitante tenha fornecido uma unidade do objeto, compatíveis em características e prazos com o objeto deste instrumento.

8.2. A licitante deverá, caso solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi fornecido o objeto.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor do item é o parâmetro de preço máximo a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta.
- b. A proposta deverá informar, necessariamente, a MARCA e o MODELO do objeto ofertado, bem como indicar a assistência técnica autorizada do fabricante do veículo na cidade Porto Velho/RO.
- c. Em caso de dúvidas quanto ao objeto ofertado, o pregoeiro poderá solicitar à licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, incluindo prospectos, manuais, folhetos, sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos e catálogos oficiais do bem assinalando prazo para o envio, sob pena de recusa da proposta.
- d. O objeto a ser adquirido deverá estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).
- e. A Seção Judiciária de Rondônia se reserva ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
- f. O período de garantia do veículo será contado a partir da entrega do veículo, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO.

10. DO CONTRATO

10.1. A relação contratual, no caso do presente Termo de Referência, será firmado por Termo de Contrato, na forma do artigo 62, *caput*, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

10.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1498:3:105097212338475:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO).

10.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, que seguirá a ordem abaixo:

- a. Após a autorização da contratação, a empresa será convocada pela Seção de Compras e Licitações, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI de seu representante legal;
- b. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Compras e Licitações.

10.4. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002,

e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

10.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido contrato no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei n. 8.666/93.

10.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecida neste instrumento e no edital.

11. DO LOCAL DE ENTREGA

11.1. O veículo deverá ser entregue na sede da Seção Judiciária de Rondônia, em dia de expediente das 09h às 17h, embarcado em caminhão tipo rampa e recebido por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO no seguinte endereço:

11.1.1. **Prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902. Telefone: (69) 2181-5757, e-mail: sevit.ro@trfl.jus.br.

11.2. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do veículo, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do veículo até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte e desembarque.

12. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 40 (quarenta) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

12.2. O veículo deverá ser entregue no endereço indicado no prazo máximo de **35 (trinta e cinco) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação.

14. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

14.1. O veículo será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega pela CONTRATADA, juntamente com a nota fiscal e demais documentos exigidos neste instrumento (Especificação Mínima do objeto, item III - Da Documentação), para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta da CONTRATADA. Também deverá ser entregue todos os acessórios instalados, documentos, manuais e os adesivos, conforme Anexo I deste instrumento.

14.1.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

14.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem 14.1.2. não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.3. Caso, após os procedimentos realizados na etapa de recebimento definitivo, o veículo seja considerado defeituoso ou em desacordo com as especificações, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para substituir qualquer peça/material ou ainda o veículo, se for caso.

14.4. O gestor do contrato poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e qualidade do bem recebido.

14.5 Recebido definitivamente o objeto, o supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte encaminhará o “Certificado de Registro do Veículo - CRV” ao Diretor do Foro para assinatura da “Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPV” e providenciará sua entrega à contratada.

14.6. A contratada deverá realizar a transferência de propriedade dos veículos usados, às suas expensas, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data da assinatura da “Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPV” pelo Diretor do Foro.

14.7. O aceite/aprovação do veículo pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

15. DA GARANTIA DO VEÍCULO

15.1. Do prazo de garantia do veículo:

15.1.1. O veículo deverá ter um prazo de garantia mínima de 03 (três) anos, ou 100.000 km, prevalecendo o que vencer primeiro, contados a partir da data do recebimento definitivo do veículo, abrangendo garantia técnica dos itens constantes do manual de garantia para manutenções preventivas durante o referido prazo;

15.1.2. Correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas de mão-de-obra referente as manutenções periódicas constantes do Manual do Proprietário durante o prazo de garantia do veículo;

15.1.3. O fabricante, por meio de suas concessionárias, legalmente estabelecidos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia ou não) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção, na cidade de Porto Velho/RO.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Caberá à CONTRATADA:

- a. Assinar o contrato no prazo e condições estipulados neste instrumento mediante solicitação do gestor do contrato;
- b. Entregar o veículo no prazo e condições estipulados neste instrumento, acompanhados da nota fiscal e demais documentos obrigatórios;
- c. Substituir o veículo recusado no prazo e condições estipulados neste instrumento;

- d. Prestar os serviços de garantia do veículo, por meio da matriz, filiais, subcontratadas ou concessionárias autorizadas, durante a vigência estipulada neste instrumento;
- e. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do veículo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- h. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- i. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Enviar o contrato à CONTRATADA, por meio eletrônico, para assinatura digital do representante designado, dentro do prazo e condições estipulados neste instrumento;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do veículo entregue por meio do servidor responsável pela CONTRATANTE;
- c. Entregar os veículos usados livres e desembaraçados, inclusive de índole civil, excetuando-se o ônus da transferência de titularidade, responsabilizando-se por eventuais multas até a data do recebimento definitivo do veículo novo;
- d. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pelo gestor do contrato, do qual deverá consignar a razão da recusa do veículo;
- e. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- f. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- g. Solicitar os serviços de garantia do veículo e na ocorrência de falhas/danos não decorrentes de culpa da CONTRATANTE, conforme prazo e condições estipulados neste instrumento;
- h. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- i. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- j. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao recebimento e execução do serviço, em especial na aplicação de sanções, alterações e outros.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.

18.2. O recebimento e a aceitação do veículo será atestado pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

18.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do veículo entregue, com sua quantidade e valor;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

18.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

18.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

18.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

18.8. A contratante poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela contratada, nos termos deste instrumento.

18.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização

dos dados bancários.

18.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na entrega e/ou execução do serviço;
- c. inexecução parcial ou total do objeto contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- e. não manter, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

19.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa de assinar o contrato ou não realizá-la no prazo estipulado. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser contratado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

19.3. Atraso na entrega do veículo, bem como na substituição do veículo quando recusado. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

19.4. Atraso na execução dos procedimentos dos serviços da garantia do veículo. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

19.5. Atraso na execução da contratação relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

19.6. Inexecução total do contrato pela não entrega do veículo, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

19.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

19.8. A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

19.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

19.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

19.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

19.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

19.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela contratada, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

19.14. A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

19.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

19.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Considerando que se trata de fornecimento imediato do objeto, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

21. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

21.1. A execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pela SEVIT/RO, ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

21.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

21.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

21.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

22. DO VALOR MÁXIMO

22.1. Realizado pela SELIT - Seção de Compras e Licitações, conforme Mapa Comparativo de Cotação de Preços (16791031).

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE	VALOR MÁXIMO
01	Pick-up, cabine dupla, tração 4x4, motor à diesel, potência mínima de 180cv, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, itens de segurança condizentes com as normas de trânsito em vigor e demais especificações no item 2.1 do Termo de Referência.	01	R\$ 282.904,75

23. DOS ANEXOS

Anexo I - Adesivo de Identificação da Frota;

Anexo II - Fotos dos Veículos Usados em Dação de Pagamento.

ALEX CORREA DE LELES
Integrante Requisitante

OLIEL MACHADO VIDAL
Integrante Técnico

SARA REGINA DA SILVA LAGO
Integrante Administrativo

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DA FROTA

USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO

PODER JUDICIÁRIO

Identificação de frota: veículos de serviço

O uso da marca Justiça Federal nos veículos oficiais deve seguir as orientações da Instrução Normativa do Conselho da Justiça Federal n. 04-01/2010, de 18/04/2010, conforme se segue:

"CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS [...]"

IX – IDENTIFICAÇÃO VISUAL

1 - À exceção dos veículos dos GRUPOS A e B, todos deverão receber identificação visual nas portas laterais, composta pela marca de identidade visual da Justiça Federal com o logotipo reduzido, além dos seguintes:

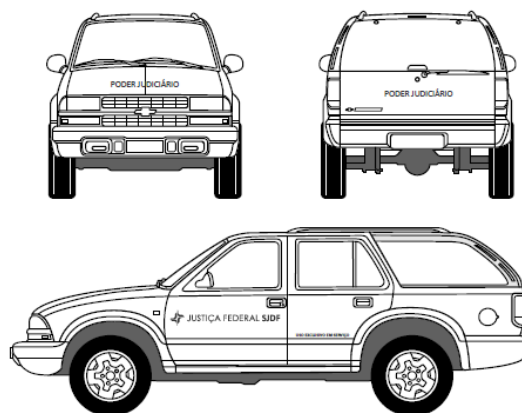
- 1.1 Brasão da República ou identidade visual do órgão;
- 1.2 Poder Judiciário;
- 1.3 nome do órgão;
- 1.4 a expressão USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO (Resolução CNJ n. 83/2009)".

Veículos Grupo C

Aplicação das informações utilizando vinil adesivo marca 3M tipo Scotchcal™ 7725 ou similar, com durabilidade de nove anos, na cor preta.

Os textos:

"USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO" e "PODER JUDICIÁRIO" são na fonte Calibri.



*Imagens ilustrativas. No lugar de "SJDF" deverá conter a inscrição "SJRO".

A contratada deverá entrar em contato com a Justiça Federal, por meio da Sevit, através do e-mail sevit.ro@trf1.jus.br ou pelo telefone (69) 2181-5757 para tratar dos detalhes da plotagem dos veículos, tais como tamanhos da logomarca, tamanho da fonte e localização exata das inscrições.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

FOTOS DOS VEÍCULOS USADOS EM DAÇÃO DE PAGAMENTO

FRONTIER SE/SE STRIKE/ONE CD 4X4 2.8 DIES.

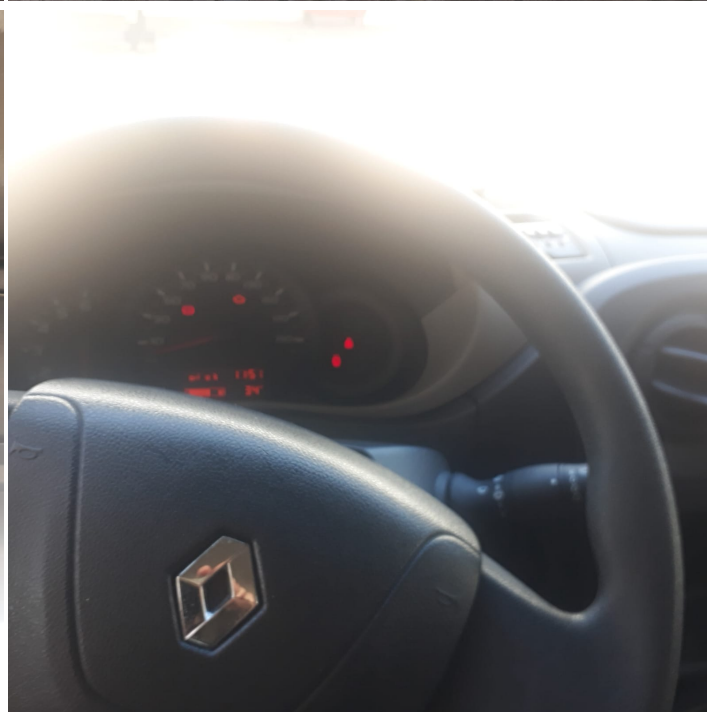






MASTER 2.3 DCI STD MÉDIO 16L DIESEL







(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa, Pregoeiro(a)**, em 07/11/2022, às 15:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16856753** e o código CRC **A916040A**.